

A informalidade: sistema persistente de criação de territórios na cidade de São Paulo

Mylene Goudet*

Resumo: Em São Paulo, as ocupações informais da cidade, tais como ambulantes, favelas e movimentos sociais pró-moradia, aparecem na grande mídia como entraves para o cumprimento de planos urbanísticos de recuperação de áreas degradadas da cidade. Porém, a hipótese desta pesquisa segue na contra-mão desta idéia e investe na possibilidade de que o urbanismo de São Paulo nutre-se justamente do diálogo tenso entre o formal e o informal para configurar-se de modo mais interessante, sendo a informalidade um dos elementos catalizadores na assimilação e na interação entre culturas muito distintas que compõem o mosaico cultural da cidade. Os autores utilizados neste trabalho, ainda que oriundos de áreas do conhecimento diferentes entre si, têm em comum a observação crítica de sistemas descentralizados de cultura e de pensamento. Com o auxílio de suas teorias desejamos verificar em que medida podemos afirmar que a informalidade nos usos dos espaços urbanos pode ser considerada como componente positivo na produção de cultura na cidade de São Paulo e de que modo se estruturam as relações dialógicas entre formal e informal na cidade. Destacaremos na cidade de São Paulo aspectos considerados marginais às noções, tais como a heterogeneidade das ruas, a incorporação de usos ilegítimos dos espaços públicos e a impossibilidade de localizar um traçado urbano dominante.

Palavras-chave: Urbanismo. Informalidade. Ambulantes. São Paulo.

Abstract: The informality: persistent creation of territories in the city of Sao Paulo. In Sao Paulo, the city's informal settlements such as "camelôs", slums and social movements pro-dwelling appear in the media as obstacles to the implementation of urban plans for rehabilitation of degraded areas of the city. But the hypothesis of this research follows the reverse of this idea and invests in the possibility that urbanism in Sao Paulo means precisely the tense dialogue between the formal and informal setting, that can be very interesting, considering informality as catalysts in the assimilation and the interaction between very different cultures assembled as a complex cultural mosaic. The theoretical references used in this work, though coming from different areas of knowledge, have in common the critical observation of decentralized systems of culture and thought in Latin America. With the help of theories we wish to verify how far we can say that informality in the uses of urban spaces

can be considered a positive component in the production of culture in the city of Sao Paulo and how they structure the dialogical relations between formal and informal city. We want to highlight aspects of São Paulo that are considered marginal such as the heterogeneity of the streets, the incorporation of illegitimate uses of public spaces and the impossibility to determinate a dominant urban layout.

Key-words: Urban. Informal cities. Camelôs. São Paulo.

A informalidade: sistema persistente de criação de territórios na cidade de São Paulo

As batalhas encenadas no centro da cidade entre as ocupações informais e os poderes público-financeiros serão colocadas nesta apresentação com o objetivo central de ressaltar suas relações de troca e de movimento nas composições espaciais da cidade. A cidade informal e a cidade oficial não param de se entrelaçar e de se traduzir. É provável que no texto fique evidente nossa simpatia pelas táticas e astúcias dos ambulantes contra o controle, porque entendemos a informalidade como uma espécie de reserva de liberdade da qual não poderemos prescindir, mas é no jogo relacional entre as duas cidades – a informal e a formal – que creditamos as possibilidades urbanas mais potentes e interessantes.

O sociólogo Heitor Frúgoli (2000) evidencia, através das negociações e conflitos em torno de projetos urbanísticos para a cidade de São Paulo, o choque entre a cidade imaginada e a cidade real. Os conflitos entre os comerciantes informais (ambulantes) e as classes dominantes (comerciantes, políticos, etc) parecem ser a verdadeira matéria constitutiva do centro de São Paulo.

As classes dominantes, desde o início do século XX, aplicam esforços e recursos nos planos de avenidas para conectar o centro aos bairros residenciais da burguesia industrial (Higienópolis, Vila Buarque, etc). Naquelas primeiras décadas, os planos urbanísticos e os planos de expansão viária visaram atender um perímetro muito específico da cidade e que não contemplava as periferias, que nem constavam nos mapas urbanos.

Segundo Heitor Frúgoli (2000), a degradação do centro e sua popularização foi concomitante, e não consequência da primeira sobre a segunda. O autor mostra como o centro torna-se, a partir dos anos 60, foco de investimentos públicos pesados para conter sua deterioração e seu esvaziamento econômico. Amplas reformas urbanas de áreas como a Praça da Sé, o Vale do Anhangabaú, a Praça do Correio, bem como obras de infra-estrutura para implantação do metrô e calçadas destinados ao fluxo de pedestres criados pelo sistema de

transporte coletivo com terminais no centro, fizeram parte da modernização da cidade. Contudo, empresas de grande porte e sedes de bancos migraram para a Avenida Paulista e, depois, para a Berrini, deixando para trás uma enorme infra-estrutura instalada e que, desde alguns anos, vem sofrendo novas intervenções do poder público, em alianças cada vez mais fortes com o dinheiro privado. Junto com melhorias urbanas, os espaços públicos são arrematados e seus usos espontâneos tendem a ser mais controlados e policiados.

A partir dos anos 30, com a popularização do comércio do centro, migrantes começam a ocupá-lo exercendo tarefas desqualificadas ou tentando os mercados informais. Nesse processo, a cidade se fragmenta. As periferias não sustentam as massas migratórias e não oferecem oportunidades de trabalho. Essas populações continuam vindo para o centro em busca de trabalho formal e, quando não é possível, arriscam-se na informalidade ou simplesmente perambulam.

Uma crônica publicada por Rubem Braga¹ em 1935 ilustra o já instaurado embate entre ambulantes e comerciantes, proprietários e despossuídos, entre a força e a astúcia. A narrativa tem os desfavorecidos representados pelos engraxates, figuras então muito presentes nas praças, marquises, galerias e barbearias do centro.

Rubem Braga percorre a pé, através de sua narrativa, um trecho central muito conhecido da cidade, conduzindo o leitor até o lugar do conflito entre ambulantes e comerciantes.

A São Paulo, Avenida São João. A vida em São Paulo está barata. Vemos ali sandwiches de queijo ou de presunto a duzentos réis. A avenida é larga, é bella, cheia de gente e de barulho. Desçamos no meio da turba. Na praça do Correio existe a estatua mais feia da America do Sul. É de Verdi. Amo este trecho entre a praça do Correio e o largo Paissandu. Vinde ver os engraxates. Aí, engraxates de São Paulo! Aí, sobretudo engraxates volantes de São Paulo! Engraxates civis, engraxates militares. (BRAGA, 1935).

Então Rubem Braga entra numa barbearia e mostra seus oito barbeiros ao fundo, mais ao fundo ainda as duas manicures e, ao lado, um homem que renova, limpa e lava chapéus. À frente, quase na calçada, os engraxates contratados, quinze, os tais engraxates militares, uniformizados com o logo da casa. Embora sendo tão miseráveis quanto os ambulantes perseguidos pela polícia, sentem alívio por não estarem, pelo menos naquele dia, na pele deles.

Os ambulantes são os engraxates volantes, os chamados civis pelo autor, que trabalham de cócoras, que vestem farrapos. São aqueles que

¹ A grafia da época foi mantida.

www.pucsp.br/revistacordis

[...] estão na rua, e sabem a technica do combate de rua. Sabem jogar pedra, jogar xingamentos, provocar, fugir, voltar, vaiar, atormentar. O homem [o dono da barbearia que contrata os engraxates militares] teme a concorrência dos engraxates volantes. Além de tudo – afirma – elles não pagam licença. De modo que um commerciante honesto que paga a sua licença fica prejudicado por esses vagabundos. (BRAGA, 1935).

Rubem Braga conclui que a vida não é justa, e que os engraxates de todos os tipos, todos vivendo vidas miseráveis, deveriam unir-se. E pensa revoluções, enquanto seus sapatos são engraxados pelos engraxates militares, sempre esperando gorjetas que dêem sentido à miséria de suas vidas.

É humilhante. Humilhante? Quem foi que disse, poeta, que isso é humilhante? Humilhante é a vida. Será que não ha um meio de concertar a vida? Deve haver. Tenho meditado sobre esse assumpto. Nós faremos muitas coisas pouco recomendáveis e contra os sentimentos do povo brasileiro, que em sua enorme maioria é catholico, ordeiro e syphilitico. Com excepção dos tuberculosos e de outros. As balas das metralhadoras ferirão os caules das rosas suaves. Mas agora não. Agora o melhor é mandar engraxar os sapatos enquanto se medita. (BRAGA, 1935).

Atualmente, sapatos nobuck de baixa qualidade, tênis e multidões sem paletós, sem gravatas nem chapéus, encolheram a presença dos engraxates nessas áreas. Pequenos focos organizados resistem circunscritos em áreas legitimadas pelo município. Ainda hoje há (poucas) cadeiras de engraxate localizadas na praça D. José Gaspar, resultado da luta da

Associação dos Engraxates em Vias Públicas no Município de São Paulo (Assenvipu), presidida por José Gama, também diretor setorial de Defesa Civil da Ação Local D. José Gaspar, o projeto Corredor Cultural, elaborado pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) e que visa à recuperação da Praça D. José Gaspar e entorno, vai agregar os engraxates da área, com um detalhe: eles irão trabalhar em cadeiras-padrão (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 2002).

A matéria abaixo explica em que contexto as PPPs (Parcerias Público Privadas) foram criadas pelo banqueiro Henrique Meirelles há mais de uma década atrás, e ressalta os objetivos claros da iniciativa privada na restauração do centro de São Paulo. A Associação Viva o Centro, criada para gerar essas parcerias, garantiria por força de ajuda financeira do capital privado que seus trabalhos de diagnósticos e projetos prossigam em aliança com o poder municipal, independentemente do partido eleito.

As Parcerias Público-Privadas, as PPP's, que o governo a duras penas tenta aprovar e implementar já começaram em São Paulo, há precisamente 13 anos. Seu autor foi um banqueiro, Henrique Meirelles, atual presidente do Banco Central e, à época, presidente do BankBoston. Meirelles sentava na cadeira da presidência do Boston e de lá via o Largo de São Bento, da outrora rica e bela pérola do centro velho, agora sujo como um banheiro público. Há poucas quadras dali, o Pátio do Colégio, num morro escolhido

www.pucsp.br/revistacordis

pelos jesuítas para erguer a primeira escola da cidade, virara um mercado persa onde camelôs se misturavam a trombadinhas e cheiradores de cola. Os funcionários do Banco para irem de seus escritórios até o estacionamento na praça das Bandeiras, a 300 metros de distância, tinham de ser escoltados por seguranças para não serem depenados no caminho. Este foi o cenário sobre o qual se desenhou a Associação Viva o Centro, em 1991, na gestão da prefeita Luiza Erundina, sob o patrocínio do BankBoston. Como Meirelles era também, diretor da Febraban, a poderosa federação dos banqueiros. Sua posição estratégica lhe permitiu o suave convencimento de seus pares para a obra ciclópica de recuperação do justo orgulho dos paulistanos por sua Paulicéia. Depois dos bancos, vieram as entidades como OAB, Bovespa, grandes escritórios de advocacia que têm sede no centro e uma centena de pequenas e médias empresas que perceberam que a proposta abria a única opção possível antes do desmonte total da vida civilizada na região. (JESUÍTAS..., 2004).

E a matéria segue justificando o higienismo militarizado, velho conhecido da história da cidade, com a seguinte frase: “[...] o suplício da invasão dos camelôs passou por todas as administrações até cair no colo de Marta Suplicy [prefeita de São Paulo até dezembro de 2004] que [...] viu-se livre para lançar sua cavalaria contra os depredadores [...]” (JESUÍTAS..., 2004).

O centro, hoje em dia, para os ameaçados de serem dilapidados de seus bens portáteis, está bem mais agradável, limpo e bonito, mas possivelmente a conservação das revitalizações financiadas pela iniciativa privada deverá ser mantida com *punhos de ferro*, para “defender” o centro da cidade dos *depredadores*, já que sua presença não foi incluída, nem sequer planejada. Suas ocupações subirão nos canteiros e abrirão brechas imponderáveis em cercas e alambrados.

A negação das populações de rua como manifestações indelévels do urbanismo demonstra uma cisão profunda entre os interesses na recuperação de patrimônio arquitetônico e as manifestações de urbanidade que ali são cotidianamente encenadas. Entre

[...] outros atores urbanos, consideramos os vendedores ambulantes como imprescindíveis para a valorização simbólica da cidade, como imprescindíveis em toda a representação urbana. E sabemos que as representações (junto com a economia, o planejamento e a arquitetura) também constroem a cidade. Os ambulantes – através da experiência coletiva – seriam marcas de leitura do patrimônio cultural. (DIOS, 2005).

O hoje chamado setor ‘informal’, então, não é nada além da modalidade atual da histórica importância popular; é a América profunda que se apropria de ruas e de praças para viver e sobreviver na cidade. E esses novos nômades urbanos o fazem como podem, com a precariedade, a necessidade, o desespero, a astúcia e o desafio que lhes impõe o desemprego e a economia ‘formal’ do neo-liberalismo avassalador, hoje em evidente retirada.

Lixo, desordem, vagabundagem, degradação: essas são as palavras associadas aos camelôs e aos moradores de rua.

Eles praticam a violação das distâncias confortáveis entre os corpos e entre as coisas. Criam pontos na trama da cidade que são como defeitos, porém desbancam leis e sistemas dominantes, gerando outras centralidades, complicando e multiplicando os contextos marginais que se tornam realidades policêntricas. São marginais-centrais, mas nunca homoganeamente centrais. As atividades ambulantes e nômades pertencem exclusivamente à rua e são responsáveis por sua vitalidade. Ambulantes, vagabundos e roleiros são sistematicamente contidos, reprimidos e expulsos. No seu lugar distribuem imaginariamente populações hipotéticas que, de preferência, gastem dinheiro e não sejam populares. Portanto, não é vitalidade que se quer devolver ao centro, porque isso não lhe falta.

Heitor Frúgoli enumera algumas das populações reais que ocupam as ruas do centro e que têm em comum a origem nordestina e popular, formando redes de solidariedade combinada com hierarquias próprias, respaldadas pelo improvisado. O autor cita alguns, dentre tantos grupos, cuja permanência no centro é estranhamente desejável:

[...] camelôs, engraxates, desempregados, aposentados, plaqueiros, vendedores de ervas, de bilhetes de loteria, de churrasquinho, pregadores religiosos, videntes, prostitutas, travestis, homens e menores de rua, artistas de rua, rolistas, batedores de carteira e muitos outros. (FRÚGOLI, 2000, p. 59).

Seus grupos distribuem-se em escalas que vão desde a inserção no mundo do trabalho legal até a marginalidade completa. Em todos os casos, as relações se dão nos espaços públicos ou na subversão das fronteiras entre público e privado.

As ruas, cuja efervescência é essencial para a vitalidade dos jogos sociais, tornam-se campos de luta entre o universo do trabalho e o da exclusão total.

Frúgoli transcreve uma entrevista de 1997 com o ex-prefeito da cidade de São Paulo, Olavo Setúbal. O político faz uma autocrítica arrependendo-se do seu plano de revitalização do centro através dos calçadões quando prefeito. Ele diz que foi uma ilusão pensar que em São Paulo, megalópole de um país pobre como o Brasil o calçadão teria o mesmo resultado de sucesso que teve em cidades da Europa. Para Setúbal, “o calçadão virou no Brasil um permanente problema de “mercado persa”. (FRÚGOLI, 2000, p. 63).

A ironia é que ao suscitar o mercado persa como sinônimo pejorativo do comércio informal instalado em São Paulo, o ex-prefeito esqueceu-se de nossa tendência cultural ao espaço aberto, à proliferação sensorial de elementos orais, táteis e olfativos, muito próximos realmente dos mercados orientais, e que essas características são, ao contrário de sua

afirmação, sinônimos de riqueza cultural, ainda que não devemos fechar os olhos para os problemas relacionados à inevitável precariedade do mercado informal.

Naufrações urbanas: metáforas da informalidade

Alguns pontos da cidade são como naufrágios – turbilhonam os fragmentos urbanos, criando semiosferas². É o que pode ser considerado, na malha de uma cidade complexa como São Paulo, nódulos onde acontecem uma diversidade de eventos, sobreposições e ocorrências de ocupações heterogêneas. No naufrágio, na falência da flutuação, o casco afunda e seu uso é revolucionado porque entre ele e o mar ocorre um reflorescimento de outra natureza e até sua materialidade é modificada. Ao entender a cidade como mar de mil naufrágios, encontro um modo de enxergar seus lados mais crespos, onde ocupações e usos clandestinos dos espaços possam sugerir conteúdos mais variados que as desventuras da pobreza e do abandono civil.

A saliência desses usos está na profanação da ordem urbana oficial e no desrespeito dos alinhamentos e das fronteiras entre público e privado, na subversão das leis de zoneamento urbano, na violação das distâncias confortáveis entre os corpos e entre as coisas.

São os habitantes sem teto das cidades, nômades urbanos, que têm preferência pelas metrópoles. Inventam urbanismos anônimos e arquiteturas efêmeras. Acomodam-se em espaços públicos ou privados: praças, marquises, buracos em pontes, edifícios abandonados, bueiros, pontes, lajes, enfim, em toda espécie de resíduo urbano; dormitórios são criados em vagas para autos em lojas comerciais ou imóveis para locação, quando estão fechados no período noturno. Apesar da precariedade das instalações, recriam regras de asseio, de divisão de espaço, improvisam equipamentos domésticos, inventam dispositivos de proteção contra a violência e o roubo entre miseráveis.

Permanecem afastados dos bairros estritamente residenciais das classes mais abastadas e movem-se misturados à paisagem da cidade. Muitas vezes fixam moradas em pontos de tráfego extremo e por isso mesmo, tornam-se extremamente invisíveis.

É difícil fixá-los, rastreá-los, pois estão sempre em movimento, ou então permanecem em lugares impenetráveis, ameaçadores para os demais, onde não se entra sem ser convidado.

² Semiosfera é um conceito formulado pelo semiótico russo Iúri Lótman para designar as relações entre os diversos sistemas de signos nos espaços culturais. O ponto de partida desta formulação foi a necessidade de compreender encontros culturais movidos pelas mais diferentes causas: choques civilizacionais, expansão de códigos, linguagens, emergências. Nesse sentido, trata-se de considerar não apenas as relações como também as conexões que aproximam os diferentes sistemas. Com isso é possível pensar mecanismos básicos da constituição do espaço semiótico tais como irregularidade, heterogeneidade, fronteira e transformação da informação em sistema de signos. Fonte: SEMIOSFERA (2009).

São nômades urbanos, dispersos de dia e de noite. Suas aglutinações são efêmeras, secretas e labirínticas quando moram nas ruas. Cada pessoa age por si e agrupa-se com outras temporariamente, para dormir, para se proteger de perigos, para cuidar dos filhos das uniões acontecidas nas ruas, para conseguir drogas, álcool e comida. Ou então se aglutinam de modo organizado, buscando alianças com o poder público pela causa da moradia. São os grupos pertencentes aos movimentos pró-moradia. Alguns desses movimentos tentam regularizar e promover reformas de infra-estrutura em ocupações, cortiços e favelas já configuradas.

Outros grupos invadem imóveis vazios a fim de posteriormente tentar negociar com o poder público as reformas e adaptá-los para uso residencial. Nesses casos, a técnica é a da guerrilha. Os líderes conhecem de antemão o território a ser ocupado, e agem em segredo, pesquisando e mapeando os edifícios disponíveis do centro.

A invasão dos edifícios é um levante que conta com multidões de mil, dois mil participantes. Chegam de ônibus fretados e são coordenados por lideranças que fazem entrar o maior número de pessoas no prédio, para então trancá-los lá dentro rapidamente, evitando o impedimento da polícia. A ocupação é súbita e não gradual como na conformação de favelas e cortiços.

Já nos anos 70, Vilém Flusser (1983) faz predições de um futuro instável, onde não reconheceríamos mais nossos lares burgueses. O primeiro sintoma de instabilidade que o autor identifica são os rastros deixados pelas migrações internas, que, no caso do Brasil, o autor representou pelo fluxo de migrantes nordestinos em direção ao sul do país, especialmente São Paulo.

Refere-se aos migrantes como *nenês famintos*, por serem submetidos ao tratamento assistencialista por parte do poder público que investe na desfavelização e na canalização dessas populações para a periferia como estratégia de controle e proteção da cidade. Essa postura só conseguiu reforçar ainda mais a posição marginal dessas populações. Vilém Flusser (1983) diz ainda que os *nenês* não permaneceriam nas periferias, e que, ao contrário, descontentes, avançariam de volta para o centro. O autor recomenda que todos, não só os marginalizados, captem esse movimento como parte inexorável da urbanidade.

Está se processando profunda modificação da forma como moramos. Modificação comparável apenas àquela no início do neolítico, quando passamos ao estágio sedentário.

Estamos abandonando a forma sedentária de vida. Estamos de mudança, indivíduos e grupos. Observador distanciado da atualidade terá imagem de formigueiro espantado por pé transcendente. (FLUSSER, 1983, p. 73).

Atualmente podemos verificar que o refluxo dessas populações para o centro de São Paulo aconteceu de fato, só que de maneira mais complexa, pois para permanecer nos centros, os *nenês famintos*, que são tribos contra Estado, competem com a revalorização do solo central das grandes cidades, promovido pelo poder público em consórcios com a iniciativa privada, recuperando o centro como pólo atrativo de produção de capital.

Vilém Flusser (1983), mesmo reconhecendo que “lar” não é necessariamente um lugar fixo, e que perdê-lo não significa ter que sair ou ser expulso, continua ameaçando, com ironia, a segurança do burguês. Mostra a fragilidade de seu território sagrado, transformando-o em lugar irreconhecível quando invadido por hordas famintas de subdesenvolvidos. As fronteiras do suportável são invadidas, pois não conseguem manter as barreiras que separam o “lar” do contato com o indesejável é o mesmo que “ter que viver em ambiente inabitual, portanto inabitável”.

Pulsões de valorização, desvalorização e revalorização do solo urbano contribuem para a circulação dispersa dos *nenês* pela cidade, que seguem resistindo à força centrífuga que os empurra para fora das fronteiras da cidade. Movem-se como *navegantes nômades*³. (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 186). Por mais que essas populações nômades sejam vigiadas e a cidade seja esquadrihada pelos radares da polícia e dos diagnósticos sociais, a permanência dos *nenês* nos centros superpõe-se à organização imposta pelo Estado. Seu controle não atinge necessariamente sua *navegância* errante.

A cidade libera buracos e trincheiras como formas de resistência nômade: “[...] imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos de metal e de tecido, patchwork, que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação. Uma miséria explosiva [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 189).

A cidade, portanto, não significa espaço *estriado* por natureza, mas nela ocorrem os dois tipos; o *liso* e o *estriado* operam em jogos *dessimétricos*, distintos, mas não opostos.

Para Deleuze e Guattari (2002, p. 188), “[...] ainda devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso.”

Ser nômade na cidade não é o eterno ir e vir, podendo mesmo significar uma permanência, resistir aos estriamentos dos espaços justamente por não migrar. Um revide à força de estriagem. São nômades por tentarem manter um espaço de intensidades, incerto, no

³ Deleuze e Guattari citam a navegação nômade como sendo empírica e primitiva, guiada por ventos, ruídos, cores e sons do mar, anterior às determinações da longitude e da astronomia.

qual “[...] prossegue o afrontamento entre o liso e o estriado, as passagens, a alternância, e superposições.” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 190).

Os mapas são instrumentos dos espaços estriados. Seus percursos estão ligados aos pontos. Sair de *A* e chegar a *B* percorrendo uma linha mensurável que os liga. Nos espaços lisos, o percurso faz perder a fixidez dos pontos, pois

[...] estão subordinados ao trajeto. Já era o vetor vestimenta-tenda-espaço do fora, nos nômades. É a subordinação do hábitat ao percurso, a conformação do espaço do dentro ao espaço do fora: a tenda, o iglu, o barco. Tanto no liso como no estriado, há paradas e trajetos; mas no espaço liso, é o trajeto que provoca a parada, uma vez mais o intervalo toma tudo, o intervalo é substância [...].

No espaço liso, portanto, a linha é um vetor, uma direção e não uma dimensão ou uma determinação métrica. É um espaço construído graças às operações locais com mudanças de direção. [Tais mudanças de direção] podem dever-se, todavia mais, à variabilidade do alvo ou do ponto a ser atingido, como entre os nômades do deserto, que vão em direção a uma vegetação local e temporária. (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 184-185).

A cidade revela de súbito a ineficiência da classificação, do rastreamento das populações nômades e da circunscrição de seus espaços lisos, como estratégia de proteção. É que a cidade continua se esburacando, abrindo brechas apesar das ferramentas de estrialização dominantes de seus espaços.

Uma *cidade menor* introduzindo-se numa *cidade maior*, ou seja, esses movimentos nômades insistem em acontecer, em escapar da *estrialização*. Ao mesmo tempo em que escapam, reivindicam a tradução, o *alisamento* de sua operação ainda estrangeira, estranha para a cultura dominante.

E como sobreviver sem temer ser esmagado pelo *pé transcendente* de que fala Vilém Flusser (1983)?

O primeiro passo é entender que a *cidade menor* e a *cidade maior* não param de se influenciar, isto é, a cidade maior inspira-se na cidade menor e vice versa.

A tradução daquilo que é estranho e de sua possível incorporação, ainda que fragmentária e parcial, pela *cidade maior*, é a *estriagem* do *liso* nômade, o qual continua abrindo seus buracos e escapando.

Traduzir é uma operação que, sem dúvida consiste em domar, sobrecodificar, metrificar o espaço liso, neutralizá-lo, mas consiste, igualmente, em proporcionar-lhe meio de propagação, de extensão, de referação, de renovação, de impulso, sem o qual ele talvez morresse por si só: como uma máscara, sem a qual não poderia haver respiração nem forma geral de expressão. (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 194).

Entretanto, o migrante, o nômade urbano, precisa da *cidade maior* para criar a *menor*. A *cidade maior* é seu território de desterritorialização e reterritorialização. Portanto, embora as duas cidades joguem com regras diferentes, têm a “[...] necessidade dessimétrica de passar do liso ao estriado, bem como do estriado ao liso.” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 194).

É essa questão que Vilém Flusser (1983) impõe à cultura dominante quando diz que é impossível e ineficaz represar e neutralizar os *nenês* nas periferias e não se render ao território-desterritório da vida urbana atual.

Referências

ASSOCIAÇÃO Viva o Centro. *Informativo da Associação Viva o Centro para divulgação do Programa AÇÃO LOCAL*, jul. 2002. Disponível em: <www.vivaocentro.org.br/acoeslocais>. Acesso em: 14 ago. 2008.

BRAGA, Rubem. Engraxates de São Paulo. In: *Folha da Noite*, domingo, 14 de abril de 1935. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/rubembraga1.htm>>. Acesso em: 17 out. 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 2002, v. 5.

DIOS, Jorge Ramos. *O gato e o rato: ambulantes urbanos e poder municipal*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq046/arq046_00.asp>. Acesso em: 19 fev. 2005.

FLUSSER, Vilém. *Pós história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetos, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: EDUSP/Cortez/FAPESP, 2000.

JESUÍTAS fundaram Sampa. Empresários ajudam a reconstruir. In: *Jornal da Comunicação Corporativa*, 27 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.megabrasil.com.br/jcc/not002.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

SEMIOSFERA. Disponível em: <<http://semiosfera.incubadora.fapesp.br/portal>>. Acesso em: 30 set. 2009.

* Mylene Goudet é doutoranda em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Bolsista CAPES. Participa do Grupo de Pesquisa “Cultura e Comunicação: Barroco e Mestiçagem”, cadastrado no CNPq. Concluiu o mestrado em Psicologia Clínica no Núcleo de Subjetividades Contemporâneas da PUC-SP. Graduiu-se em Arquitetura e Urbanismo na USP-São Carlos. E-mail: <milagoudet@gmail.com>.

Recebido em novembro de 2009; aprovado em junho de 2010.